



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História – HIS

**Ascensão chinesa na América Latina:
Impacto econômico no Brasil (2003-2018)**

Vinicius Chaves da Silva

Brasilia - DF
2022

Vinicius Chaves da Silva

**Ascensão chinesa na América Latina:
Impacto econômico no Brasil (2003-2018)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de graduação em História Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientador: Drº. Carlos Eduardo Vidigal

Brasilia - DF
2022

Vinicius Chaves da Silva

**Ascensão chinesa na América Latina:
Impacto econômico no Brasil (2003-2018)**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Vinicius Chaves da Silva

Professor, Dr^o Carlos Eduardo Vidigal

Professor, Dr^o Virgílio Caixeta Arraes

Professor, Dr^o Thiago Gehre Galvão

Brasilia - DF
2022

Este trabalho é dedicado à minha mãe Adriana,
que sempre me incentivou e acreditou em mim e
em meus sonhos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à minha mãe Adriana por depositar sua confiança em mim e por todo amor com que me envolveu durante a minha vida. Foi e é indispensável em minha caminhada para conquistar meus objetivos e, aos poucos, consolidar meus sonhos.

À minha madrinha Denise, que me apoiou e acreditou em mim e em minha capacidade para percorrer esta jornada.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho, em especial ao Camushe, por me acompanhar em toda minha vida acadêmica.

Aos meus irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao orientador deste trabalho, professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal, por sua vontade e interesse em ajudar. Por todos os ensinamentos em História ao longo da caminhada acadêmica que me formou e me moldou como profissional, ao longo das matérias que cursei sob sua docência.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças que aconteceram no Brasil, em razão da ascensão chinesa ao poder global, resultado de seu forte e rápido crescimento econômico, transformando-se na segunda economia do mundo que sucedeu parte das mudanças na economia mundial nas primeiras décadas do século atual, dentro do recorte temporal que inicia-se o mandato do presidente Luiz Lula da Silva (2003) pelo Partido Trabalhista (PT) e se encerra com o mandato de Michel Miguel Elias Temer Lulia do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pós impeachment da presidente Dilma Vana Rousseff também do Partido Trabalhista (PT). Utiliza-se o método de pesquisa comparativa entre a própria temporalidade das relações Brasil-China, quanto às relações dos vizinhos com a China, como: Argentina, Peru, Chile e Mexico para ter parâmetros de análise da situação do Brasil. Tendo como finalidade analisar o impacto que a inserção e a ascensão da economia chinesa tiveram nas mudanças do mercado econômico brasileiro, além de que a atual conjuntura permitirá a compreensão dos eventos, temporalidades e a presença chinesa na região. Para tal, a pesquisa foi baseada em levantamentos de produções historiográficas e econômicas, pertinente ao assunto, e mediante interpretações das fontes, tanto primárias quanto secundárias.

Palavras-chave: Ascensão chinesa, Comércio-Bilateral, Política externa.

ABSTRACT

This work aims to analyze the changes that took place in Brazil, due to the Chinese rise to global power, as a result of its strong and rapid economic growth, becoming involved in the second economy in the world that succeeded part of the changes in the world economy in the first decades of the current century, within the time frame that begins the mandate of President Luiz Lula da Silva (2003) for the Labor Party (PT) and ends with the mandate of Michel Miguel Elias Temer Lulia of the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB), post impeachment of President Dilma Vana Rousseff also from the Labor Party (PT). The comparative research method is used between the very temporality of Brazil-China relations, regarding the relations of neighbors with China, such as: Argentina, Peru, Chile and Mexico, in order to have parameters for analyzing the situation in Brazil. In order to seek to analyze the impact that the insertion and rise of the Chinese economy had on changes in the Brazilian economic market, in addition to the fact that the current situation will allow the understanding of events, temporalities and the Chinese presence in the region. To this end, the research was based on surveys of historiographical and emotional productions, relevant to the subject, and through the interpretation of sources, both primary and secondary.

Keywords: Chinese rise, Bilateral Trade, Foreign policy.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| CAPÍTULO I:..... | 12 |
| Ascensão da China: economia mundial e sua presença na América Latina | 12 |
| CAPÍTULO II:..... | 16 |
| Relações Comerciais Brasil-China | 16 |
| CAPÍTULO III:..... | 21 |
| Comercio Brasil-China: Vantagens e Desafios | 21 |
| CONCLUSÃO..... | 23 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 25 |

INTRODUÇÃO

Constata-se, hoje, com a sabedoria do *ex-post-facto*, que os Estados Unidos tiveram realmente êxito em consolidar sua hegemonia¹, especialmente na América Latina no período do pós-guerra, hegemonia essa que foi influenciada, também, pelo “isolamento” da China comunista após a ruptura com a URSS. As últimas décadas do século XX mostraram uma conjuntura de mudanças que foram alterando as características estruturais do sistema mundial, sendo uma delas o crescimento dos processos globalizados e regionalismos, que ocorreu dentro da economia internacional. Além disso, tem-se o caráter político que contribuiu na alteração dessas características estruturais do sistema mundial. Tais aspectos resultaram da passagem da ordem bipolar para a ordem unipolar e, assim, futuramente, para a ordem multipolar, a partir da ascensão chinesa ao mercado internacional (Bernal-Meza 2016).

Em um plano geral, a China dispõe de três representações no Brasil: a primeira quanto à visão como parceiro de negócios, sobre a qual há leituras díspares, embora predomine a percepção de risco; há, também, uma visão como modelo estatal de desenvolvimento e modernização econômica e social; e, por fim, uma visão como eventual pilar na construção de uma nova ordem mundial, multipolar e não hegemônica.

De tal modo, o acontecimento mais importante que ocorreu no sistema internacional nos últimos trintas anos foi a ascensão chinesa de poder regional à condição de segunda economia do mundo, apoiada por seu forte e rápido crescimento econômico, sua crescente participação na economia global e no fortalecimento do seu poder bélico. Nas últimas décadas, o crescimento chinês no cenário mundial se tornou um dos maiores desafios existentes desde o final da Guerra Fria. Dessa forma, o surgimento da China como uma das potências-chave da ordem política e econômica mundial passou a ser um evento marcante na contemporaneidade.

A China não poderia manter sua política isolacionista, perante a sua ruptura com a URSS, e também perante a Unimultipolaridade Estadunidense, caso almejasse se desenvolver. A carência de tecnologia estrangeira afetava o desenvolvimento industrial e tecnológico chinês, como a exploração petrolífera. Tal conjuntura fez com que a China se aproximasse dos EUA, abrindo uma possibilidade de trocas mútuas, ao mesmo tempo que, no final da década de 1960, a China desejava se juntar à ONU com assento e direito ao voto que Taiwan detinha (Carvalho;

¹ A potência hegemônica exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também frequentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua Hegemonia. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, p. 732)

Catermol 2009), o que ocorreu em 1971. Com a entrada da China na ONU, resultou-se na retirada de Taiwan. Em 1972, as relações mútuas entre a China e os EUA foram oficializadas com a visita de Nixon à China e também com a assinatura de acordo que englobava esferas comerciais com o Ocidente. (Carvalho; Catermol 2009).

Em 1982, com a chegada de Deng Xiaoping² ao poder, iniciou-se o movimento para futura abertura econômica de forma gradual mediante as ZEEs – Zonas Econômicas Especiais – que integram zonas específicas, constituídas por seis províncias litorâneas, com a finalidade de intensificar a liberdade de comércio, com princípios mais flexíveis. Ressalta-se que o estreitamento de relações com os Estados Unidos, a prosperidade de países asiáticos – como o Japão – e o cenário de globalização da década de 1970 foram fundamentais para embasar a racionalidade das propostas reformistas, resultando na abertura econômica do país e na inserção da China na economia mundial (Mesquita; Dantas 2022).

A implementação das Zonas Econômicas foi de grande importância para proporcionar a base do plano de desenvolvimento do país, de modo que o projeto evidenciou a mudança proposta por Xiaoping, por meio da abertura econômica, mas, no termo chinês, trouxe altos níveis de investimento estrangeiro direto (IED), aproveitando novas tecnologias, com o objetivo de estabelecer a modernização do país e, assim, colocando-se de forma relevante no cenário mundial a partir de década de 1980.

A conjunção do socialismo autoritário com a economia de mercado deixou as decisões sobre as relações econômicas internacionais em posse do poder político, expressando pluralidade de controle político sobre elas. A China impulsionou sua expansão econômica, por meio do viés capitalista, em direção às regiões semiperiféricas³, primeiramente na América Latina e posteriormente na África (Li 2010), e este processo reafirmou a China no mercado Latino.

A expansão do interesse Chinês caminhou em direção aos países periféricos e semiperiféricos, coordenando estratégia de participação do agrupamento de emergentes, como, por exemplo, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e Sul da África), além da “cooperação Sul-Sul” (Becard 2017). O crescimento da influência chinesa nos países sul-americanos, principalmente no Brasil, tem pela frente como desafio a dependência em relação à economia norte-americana na região. Para o Brasil, a China é um importante parceiro comercial e

² Adota a grafia atualizada.

³ Conjunto de todos os Estados que, devido à combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia sobre a qual têm jurisdição, exercem o poder de evitar o rebaixamento de sua combinação, mas têm pouco poder para promover sua melhoria. (Arrighi, p. 160)

financeiro. No entanto, os interesses imediatos, ligados ao comércio e ao investimento, projetam a discussão sobre opções de desenvolvimento para um amanhã cujo presente depende da estrutura das relações econômicas entre esse poder e os países já citados que hoje dominam e que se projetarão, inevitavelmente, no palco das opções futuras de inserção internacional. Portanto, dessa forma, quanto maior for a dependência comercial do Brasil e a da Argentina, por exemplo, relacionada às importações chinesas e de suas exportações monetárias, mais comprometida estará a região no contexto dos interesses globais da potência mundial emergente.

CAPÍTULO I:

Ascensão da China: economia mundial e sua presença na América Latina

A ascensão chinesa colabora com as alterações que ocorrem, especialmente desde os anos de 1990 e avança durante os anos 2000, na estrutura organizacional do modelo econômico mundial capitalista. Para a China, a base da cooperação internacional com a América Latina estava no pertencimento comum ao "mundo em desenvolvimento". O discurso da política externa chinesa tem historicamente insistido na condição do país como tal, porém esta é uma condição difícil para os países latino-americanos aceitarem, pois, com exceção do produto interno bruto (PIB) *per capita*, não há outro parâmetro que permita que ambos os atores sejam identificados como parecidos (Oviedo, 2010). Na década passada, compartilharam desafios ao desenvolvimento como a dependência energética (com exceção do Brasil, Venezuela e Equador), a deterioração do meio ambiente, a depredação de recursos não renováveis e a poluição ambiental., porém a desde os meados dos anos 2000 a China já se tornou-se um dos pais que mais investe em energias renováveis e que encabeça algumas discussões sobre mudanças climáticas. (Hendler, 2020).

Os interesses econômicos determinaram os rumos das relações da China com a América Latina e o Mercosul. Os objetivos chineses na região são essencialmente econômicos e políticos. Com a diferença do Brasil, o restante dos países latino-americanos vê a China de uma perspectiva essencialmente econômica; com o qual há uma coincidência importante. A China aparece como um formidável ator econômico mundial, com atrativos importantes em termos de geração de investimento estrangeiro direto (IED) e um mercado de exportação primária que, graças à demanda chinesa, mantém em alta os preços internacionais das *commodities* latino-americanas (Ferchen, 2011).

Dando ênfase ao seu entrosamento com a nova economia mundial, avançando em setores de maiores valores agregados que formam para o seu mercado tanto interno como o externo, tal processo consolidou-se nos anos 2000, no qual a China, de 1971 a 2016, teve seu PIB crescendo 9% em média. No início deste período, ou seja, em 1970, o PIB chinês correspondia a 1% do PIB mundial; já em 1990, correspondeu a 2%; em 2000, a 3,5%; e, finalmente, em 2016, o PIB chinês equivaleu a 10% do PIB mundial (Raffner e Barbosa 2020).

A ascensão chinesa na estrutura de poder modificou e influenciou a inserção internacional dos países latino-americanos. O desenvolvimento entre as relações econômicas internacionais da região iniciou a partir do século XX. Tal mudança também começou a

influenciar nas suas políticas externas, tal que os países da região se manifestaram pragmaticamente a agendas com temas que eram de interesse chinês (Bernal-Meza 2016), ao mesmo tempo em que a China começou a influenciar políticas externas da região pelos seus interesses como por exemplo:

O Brasil, com uma economia mais diversificada que os demais países da América do Sul e com suas reservas extraordinárias de terras e minérios ocupa uma posição dominante entre os parceiros comerciais da China na AL. Argentina e Uruguai têm na soja e seus subprodutos a principal commodity exportada para a China. (...) Dos países andinos a China importa, praticamente, minérios, minerais e petróleo. Já a economia venezuelana é dominada pelo petróleo, principal produto exportado para a China (em 2011, 98% do total exportado para a China foram de petróleo e seus subprodutos). (...) Na Bolívia, o interesse da China concentra-se mais nos minérios do que no seu gás ou petróleo; no Peru no seu petróleo e minérios (Medeiros; Cintra, 2015, p. 36,37).

Referindo-se aos gastos militares chinês, nota-se o aumento de investimentos. A China, na década de 1990, aumentou anualmente seus gastos militares a uma média de 7%, elevando posteriormente este gasto em 13% na primeira década dos anos 2000 e, posteriormente, fixando-os em 8% entre os anos de 2011 e 2015 (Haffner; Barbosa 2020). Dado esse aumento com os gastos militares (Jaqueline; Barbosa, 2020) destaca-se que esse País passou a possuir o segundo maior orçamento militar do mundo, sendo 30% do gasto público destinado à defesa nacional.

Nesse sentido, considerando o aumento do poder econômico e político da China, defendia-se naquele momento a grande possibilidade de que esse país expandiria sua atuação para além de suas cercanias. Assim, a China tem ampliado sua presença na África e na América Latina com o intuito de firmar seu papel de financiador de obras e, assim, combater o *déficit* estrutural que os países do Sul possuem. Entre 2005 e 2012, o financiamento chinês, realizado pelos bancos estatais de fomento, destinado à América Latina foi de US\$ 86 milhões, superando o empréstimo concedido por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os bancos chineses possuem melhores condições de pagamento e não exigem condicionalidades políticas para a concessão dos empréstimos (Haffner e Barbosa, 2020).

Os aspectos que se tornam relevantes para região latina, como países em processo de modernização, a China e os outros países do BRICS – como Índia e Brasil – mais tarde se

mostraram como um modelo de “desenvolvimento tardio”, sendo ela uma forma de desenvolvimento liderada pelo Estado, alternativa ao viés histórico representado pelo capitalismo estadunidense e europeu, tais fatos que fizeram parte da imagem chinesa, o que forneceu limites perante sua diferenciação cultural e histórica entre aqueles Estados e também entre os países da América Latina, já que os detentores de capital privado na China atuam no partido-Estado (McNally, 2014), partindo do princípio de criação de alianças da elite política e econômica, não muito diferente do que ocorre na região latina.

O capitalismo está localizado na dianteira de uma grande mudança de poder e alcance econômico e financeiro global estadunidense, japonês e europeu, na conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, em que há três vertentes analíticas que o estudo das relações sino-capitalistas gera: primeiro, em relação ao estudo comparativo do capitalismo em geral; segundo, no que diz respeito ao estudo das economias de mercado emergentes, especialmente os BRICS e outras economias semiperiféricas; e terceiro, em relação ao impacto que as relações sino-capitalistas e outras economias políticas emergentes poderiam ter no sistema internacional (McNally 2014).

A China rompeu com a estima de que o desenvolvimento capitalista deve moldar-se a partir da tradição ocidental, e mostrou que o Capitalismo não é um bloco impermeável e impenetrável, mas, sim, um complexo sistema socioeconômico que se adapta às formas diferentes e às peculiaridades regionais (Bernal-Meza 2016). Paralelamente, as características autoritárias do modelo chinês, as lutas intercapitalistas, que deram ânimo as duas grandes Guerras Mundiais, parecem estar no cenário da política mundial.

Para os países da América Latina, a ascensão chinesa influenciou relações internacionais, como causa para a possível transição hegemônica. Historicamente, a ordem mundial – ou sua formação – tiveram conflitos como resultado, derivados das vontades e desejos das potências emergentes e da resistência dos poderes estabelecidos.

A China necessitou e planejou um cenário global de paz para firmar sua ascensão na estrutura de poder mundial, e voltou-se ao cenário multilateral para não incitar mais receios entre as grandes potências ocidentais, sendo assim, a China utiliza como estratégia o estigma de desenvolvimento pacífico ou de mundo harmonioso (Carriço, 2013), para reduzir os medos e a possibilidade de outros países se sentirem compelidos a formar alianças para equilibrar seus poderes crescentes e colocar especial interesse em propagar a ideia pacifista adotada.

O avanço da China, da semiperiferia para o centro, desloca outros países para posições marginais e modifica a hierarquia da estrutura sistêmica. No entanto, estudos econômicos recentes dão conta desse deslocamento (Bernal-Meza e Quintanar, 2012), que ocorre por meio

da especialização produtiva e dos fluxos comerciais. A China especializa seus parceiros comerciais na semiperiferia e na periferia e substitui suas exportações de manufaturados em mercados terceiros.

A China, tem implicações voltadas para o cenário político, pois compartilha as posições com a região, na luta por uma ordem econômica internacional mais abrangente. Para reduzir a dependência comercial dos EUA e de outros países desenvolvidos, é interessante a China estabelecer relações econômicas com a América Latina, para crescer seus investimentos e, também, para continuar seu próprio desenvolvimento, pois a China precisa ter acesso aos recursos naturais dos quais nossa região é abundante. A China pode extrair experiências de países latino-americanos em processo de adaptação à economia de mercado. Além disso, nota-se que, a partir do final do século XX, a China ainda tem interesse em estabelecer relações diplomáticas com alguns países latino-americanos, como Colômbia e Paraguai, em troca do reconhecimento de Taiwan como parte da China (Shixue 2002; 2006).

CAPÍTULO II:

Relações Comerciais Brasil-China

Com a inserção da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o país asiático ganhou relevância entre parceiros comerciais do Brasil, destacando-se o período pós-crise de 2008 quando, em abril de 2019, a China tornou-se nosso principal parceiro comercial ocupando posição anterior dos Estados Unidos. Por outro ângulo, a ascensão da China como principal polo manufaturado global e as suas transformações internas afunilaram as relações com os países exportadores de *commodities* primárias. O Brasil foi favorecido pelo aumento da demanda chinesa, pois as exportações brasileiras cresceram de forma acelerada, assim como o índice de termos de troca até 2011 (Bastos, 2015).

O Brasil, é o país latino-americanos que têm uma agenda com a China que abrange aspectos da política internacional. O Brasil é o único país da região que compartilha aspirações chinesas de reformular a ordem global e de participar com ela de alianças globais (BRICS):

O BRICS tem um importante destaque em relação à coordenação em foros e organismos internacionais e atua com ênfase em assuntos relacionados a governança política e econômico-financeira. Desde o início (...), o grupo chama a atenção para a diminuição das assimetrias existentes na esfera global bem como busca formas de minimiza-las. A partir daí importantes passos foram dados que permitiram o sucesso por exemplo na reforma das instituições de Bretton Woods, na criação do Novo Banco de Desenvolvimento e no Arranjo Contingente de Reservas. (SILVA, Tiago, p 8.)

Apresentando assim, nova possibilidade para um futuro multipolar, tendo o Brasil e Rússia, como grandes fornecedores de produtos primários, mesmo sendo bastante diferentes entre si, e a China e Índia, ligadas aos setores tecnológicos, também diferentes entre si, e em capacitações nos setores manufatureiros de serviços

Algumas análises ao nível regional destacam a influência que o sistema político e ideológico chinês tem nas suas relações internacionais, incluindo as econômicas, o que condicionaria a flexibilidade das trocas no quadro das economias de mercado. Um aspecto muito interessante, ao analisar a relação entre o Brasil e a China, é que os países latino-americanos, em geral, viram a China primeiro como um paradigma alternativo com espaço para a expansão das exportações de produtos primários e manufaturados.

Por sua particularidade política, a de ser um rival ativo na Guerra Fria, e, nos anos 1970, país rival da União Soviética, a China obteve, nos anos de 1970, o apoio americano para o seu projeto de modernização e industrialização, e contou – como o Japão, a Coreia do Sul ou Taiwan contaram nas décadas anteriores – com a abertura unilateral do mercado americano como a principal fonte de divisas. A década de 1980 se iniciou-se com aumento, sem precedente, tempos de paz, dos gastos militares americanos, que se integravam à estratégia de confronto com a URSS e com renovado convite ao desenvolvimento da China. Ao mesmo tempo, ocorre o choque dos juros, iniciando nos EUA e na Inglaterra um processo de desregulação e inovações financeiras que os EUA, a partir de então, fizeram o possível para difundir no resto dos países centrais nos anos 1980 e na periferia, rebatizada de “emergente” nos anos 1990.

Em relação aos investimentos diretos, que a partir de 1980 cresceram as taxas excepcionais, predominaram os fluxos entre países desenvolvidos, como os investimentos japoneses e europeus nos EUA e investimentos entre os países da União Europeia ou, então, em conjunto de países em desenvolvimento na Ásia e, cada vez mais, na China. Esses investimentos estiveram ligados inicialmente à integração crescente destes países aos fluxos de comércio internacional e, posteriormente, a expansão dos mercados internos desta região. Ao mesmo tempo, a crescente desregulação financeira torna aparentemente fácil para todos os países, inclusive os periféricos, que haviam sido excluídos do circuito internacional desde a crise da dívida externa no início dos anos 1980, para financiarem *déficits* em conta corrente por meio dos mercados financeiros internacionais de curto prazo. De fato, a partir do início dos anos 1990, retoma-se a expansão acelerada de fluxos de capitais para periferia, que, a despeito de inúmeras crises, mantém-se com grandes flutuações durante toda a década (Medeiros, Serrano e Fiori 2000).

A situação tornou-se mais complexa à medida que os países desenvolvidos gradualmente se tornaram incapazes de absorver a maior parte das exportações da China e da Índia, que gradualmente se deslocaram para os países em desenvolvimento. Mas dois fenômenos paralelos aceleraram o processo na virada do século: a crescente necessidade de recursos naturais por parte dos dois gigantes asiáticos e a estratégia das grandes potências ocidentais de privar a China, progressivamente, de ter acesso a eles, como a recente proibição do ex-presidente norte-americano Donald Trump, que em 2017 interrompeu a tentativa de uma estatal chinesa de adquirir a empresa *Lattice*, de semicondutores, afirmando que isso

representaria uma ameaça à segurança dos Estados Unidos (Exame, 2017), expondo assim a intenção norte americana de frear os avanços chineses sobre o capital mundial.

Outro ponto projetado pela imagem da China tem a ver com sua percepção como modelo de modernização e desenvolvimento econômico para a América Latina, que representa o novo segundo mundo (Bernal-Meza, 2014). A China representa um exemplo bem-sucedido de ascensão na estrutura do poder mundial, ascensão que se baseia na modernização e no desenvolvimento. As semelhanças com o Brasil apontam, em primeiro lugar, para o papel do Estado como promotor e condutor dos processos de desenvolvimento e de industrialização por meio de políticas públicas. Em segundo lugar, o papel das empresas estatais no desenvolvimento da inovação tecnológica, incubação de empresas e apoio e incentivo à internacionalização das empresas.

Alguns países latino-americanos deixaram claro que querem contrabalançar o poderio dos EUA com a aproximação com a China. Argentina, Brasil, Cuba e Venezuela manifestaram, de uma forma ou de outra, suas esperanças nesse sentido. Essas expectativas parecem ser atendidas pela República Popular da China, cujos principais líderes visitaram a América Latina e o Caribe e se reuniram com seus homólogos da região. Na hierarquia da política externa chinesa, as relações com os Estados Unidos e a Europa tem uma clara primazia sobre qualquer estratégia de expansão geopolítica na periferia do mundo.

O Brasil e a China restabeleceram as relações bilaterais em 1974 (Oliveira 2004), no período em que o desenvolvimento econômico, o cenário internacional favorável e a diversificação das parcerias foram introduzidos de forma mais competitiva:

Ainda que de início tenha implicado um aumento dos fluxos comerciais, as relações sino-brasileiras manter-se-ão mais restritas ao campo político-diplomático, realçando as similaridades de posicionamentos comuns frente ao sistema internacional. Somente na década de 1990, com a abertura econômica brasileira e com a maior inserção chinesa, processa-se uma maior aproximação comercial entre os dois países, ainda que prioritariamente se resguarde a importância do relacionamento político (Oliveira 2004; p.17).

Não se observa nos outros países – com exceção do Chile – uma linha contemporânea de continuidade de longo prazo nas relações bilaterais, envolvendo economia e política e com o desenvolvimento de diversos instrumentos, mesmo quando países como a Argentina mantêm longa relação político-diplomática. Essa falta de vínculos bilaterais foi se adaptando rapidamente nos últimos quinze anos, por meio de relações econômicas. No entanto, é

surpreendente o desconhecimento cultural e linguístico de ambas as partes, mas particularmente visto da nossa região, fato que se destaca pela crescente dependência econômica e financeira.

Tanto do ponto de vista das estruturas produtivas, entre aquelas com inserção econômica internacional pela indústria como Brasil, México e Argentina. Há diversas posições e percepções sobre a China e o desafio que ela representa, a curto e médio prazo, construindo um novo padrão de especialização do comércio internacional na América do Sul (Bernal-Meza 2016). Essa estrutura é caracterizada pelo aprofundamento das exportações primárias, nas economias não iniciadas na industrialização; a requalificação das economias industrializadas – sendo elas o Brasil e Argentina – e a substituição das exportações de manufaturas para terceiros mercados por produtos industriais chineses. Esse processo de *primarização e reprimarização* das economias sul-americanas, como caracterização do padrão de relações comerciais entre a região e a China, fortaleceu-se e começou a se consolidar por meio do processo de investimento direto.

Ao longo da década de 1990 – e no começo da década 2000 –, a relação chinesa e a brasileira demonstraram-se forte, expondo, assim, o crescimento da relação comercial, no qual a China passou a ser o principal destino das exportações do Brasil a partir de 2002:

O (...) crescimento do comércio sino-brasileiro na década passada é particularmente digno de nota. O comércio da China com o Brasil era de somente US\$ 630 milhões em 1990. Estima-se que estará acima de US\$ 2,8 bilhões em 2000. Embora esse volume represente uma proporção do comércio total de cada país, ele sinaliza um grande potencial para os futuros laços econômicos bilaterais. Tanto a China quanto o Brasil encontram-se num estágio de desenvolvimento rápido e sustentado. O acesso da China à OMC deverá criar novas oportunidades para um crescimento da cooperação econômica e comercial entre os dois países. E essa cooperação apresenta a característica de complementaridade. (Oliveira 2004; p. 18).

Considerava-se tal imersão chinesa como um potencial nas relações a longo prazo, ao mesmo tempo em que essa intensificação do comércio com a China sucedeu significativamente desde 1974 (Oliveira, 2004), ocorreram modificações na demanda brasileira e tais transformações socioeconômicas observadas no Brasil na primeira década dos anos 2000 – como o baixo desemprego, aumento da formalização do trabalho, aumento da massa salarial e do crédito – afetaram de forma significativa a demanda das famílias, especialmente o aumento do consumo de bens duráveis. Mesmo com esse período de expansão do consumo doméstico e de aquecimento da economia, a indústria brasileira não foi capaz de absorver o aumento da demanda, pois parte dessas importações não poderiam ser substituídas por produtos brasileiros,

já que a nossa indústria é limitada, como por exemplo, na até da microeletrônica, sendo a China a origem preferencial dessas importações (Sugimoto e Diegues 2022).

A ascensão da China como parceira comercial de preferência brasileira estabeleceu, dessa maneira, padrão assimétrico. De um lado, pelo lado da oferta, a China influenciou no aumento da especialização regressiva da pauta exportadora. De outro, uma situação de crescente *déficit* comercial nos setores mais intensivos em tecnologia, em um cenário de agravamento da demanda, o país asiático também parece ter sido uma origem importante.

Algumas modificações importantes ocorrem em torno da demanda brasileira, sendo preciso evidenciar que, diferente do exposto em relação a exportações, as importações apresentam diferenciação importante. O avanço chinês mostrou que sua participação se elevou para 19,4% entre 2000 e 2018 e a participação dos Estados Unidos reduziu para 13%. (UnctadStat, 2019).

Os resultados apontam que a China vem desempenhando um papel relevante nessas trajetórias destoantes da oferta e demanda brasileira no comércio internacional (Sugimoto e Diegues 2022). O perfil do comércio bilateral chinês influencia negativamente as relações econômicas entre a China e a América Latina, uma vez que os interesses políticos estratégicos da China têm peso decisivo nas decisões comerciais. A política financeira da China para o Brasil tem um propósito político análogo ao correspondente aos países desenvolvidos: apaziguar os ânimos dos atores insatisfeitos com a rápida penetração comercial da China nos mercados desses países ou nos países destino de suas exportações industriais. Um aspecto importante a ser levantado desse processo envolve a participação chinesa da demanda industrial brasileira (Sugimoto e Diegues 2022), em especial no pós-crise de 2008, em que se observa um crescimento dos mercados externos como fornecedores da demanda industrial nacional.

CAPÍTULO III:

Comercio Brasil-China: Vantagens e Desafios

O debate sobre o “neocolonialismo” acentuou-se por causa do fortalecimento das relações comerciais entre a China e a América Latina e, também, entre a China e a África, em que esse poder está se impondo às regiões como paralelo às relações coloniais de forma renovada. O avanço chinês perante a periferia, em primeiro lugar, posteriormente a semiperiferia e, agora, para o centro, modifica a hierarquia imposta, tornando matriz para um possível conflito. Nessa narrativa, a centralização chinesa pode estar levando à periferização dos países semiperiféricos. Por meio da substituição de seus mercados de produção e exportação, espera-se que a ascensão econômica chinesa e sua ação dinâmica represente mais desafios e restrições nos países de semiperiferia. Embora os dois lados estejam levantando bandeiras de um mundo mais multipolar e pacífico, sem esquecer as diferenças entre eles, a América Latina não tem capacidade de modificar ou influenciar a estrutura sistêmica (Bernal-Meza, 2016).

Dada a atenção que os países latino-americanos têm dado às perspectivas de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês. No quadro da política financeira internacional da China, destinada a favorecer as relações políticas com os governos dos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento ocupam lugar secundário. A importância política e econômica que o governo chinês concede a um país em específico, sendo diferentemente dos demais, é evidenciada pelas cotas acumuladas de investimentos diretos chineses.

Embora o IED chinês na América Latina e no Caribe tenha apresentado crescimento muito dinâmico nos últimos anos, e gerado grandes expectativas de aumento, três realidades resumem seu perfil: seu montante é quase três vezes menor que o IED acumulado do Japão; a América Latina-Caribe (ALC), como um todo, é marginal como área de destino do IDE chinês, pois nenhum país da região aparece na lista dos trinta principais destinos desse investimento e o IED da República Popular da China é realizado, principalmente, por entidades públicas e geralmente é orientado para infraestrutura e atividades extrativas em mineração e indústria petrolífera.

As estimativas sobre os IEDs variam, mas novos dados compilados pela Rede Acadêmica da América Latina sobre a China (Red ALC-China) mostram que, em 2018, o fluxo de investimentos para a América Latina sofreu uma queda pelo terceiro ano consecutivo. O IED chinês para a América Latina disparou durante os anos em que as *commodities* tinham preços

altos, mas diminuiu quase um terço – passou de 12 bilhões de dólares para 8,4 bilhões de dólares. Em 2016, esse valor era de quase 16 bilhões de dólares, o Gráfico 3 expõe Investimento Estrangeiro Direto (IED) da China no Brasil em milhões. (Cuéllar e Bauer, 2019).

Os dados da Red ALC-China demonstraram que os investimentos chineses vêm sendo adquiridos por países e setores diferentes. Historicamente, o Brasil sempre ficava com a maior parte do investimento, mas iniciou-se uma mudança quando as economias desses países passaram a enfrentar dificuldades. O Chile e o Peru foram beneficiados por um pequeno aumento nos IEDs chineses, que foram sendo direcionados para o setor industrial e de serviços. (Cuéllar e Bauer, 2019). A América Latina em sua totalidade ocupa lugar secundário, apesar de sua relevância como fornecedor de matérias-primas e alimentos e receptor de investimentos em comparação com os países desenvolvidos e com a região Ásia-Pacífico imediata.

O lugar das economias latino-americanas na política financeira internacional do governo chinês é apenas marginal e, dependendo das condições de mercado, nada garante a irreversibilidade dos aumentos das exportações chinesas de IED, nem o aumento exponencial da demanda chinesa por matérias-primas por meados década passado, que se desacelerou nos últimos anos. No entanto, esses e outros elementos claros da presença e importância econômica da China na região latino-americana, como seu IED e o fato de que essa potência está empenhando-se de forma dinâmica para subir na cadeia produtiva de agregação de valor em setores como computadores, automóveis e aviões, enquanto a América Latina passa por processo de "desindustrialização" progressiva, esses são apenas alguns dos elementos aos quais os países latino-americanos devem estar atentos.

Embora durante a primeira década do século XXI o Brasil tenha sido o parceiro comercial mais dinâmico da China, a região apresenta saldo comercial negativo com a República Popular da China, principalmente devido ao *déficit* no México e na América Central. Essa diversidade de trajetórias e a heterogeneidade de interesses e estruturas econômicas na região dificultam resposta coordenada dos Estados latino-americanos à ascensão econômica da República Popular da China.

CONCLUSÃO

As relações China-Brasil têm como elemento principal sua característica comércio bilateral. Entretanto, analisando o Brasil e a China representam exemplos bem-sucedidos de ascensão na estrutura de poder mundial, que se baseia na modernização e no desenvolvimento das estruturas produtivas (Bernal-Meza, 2016).

Brasil e China apontam, em primeiro lugar, para o papel do Estado como promotor, por meio de políticas públicas no qual a China investe em sua industrialização e o Brasil cada vez mais no processo de desindustrialização, focando a área do agronegócio. Em segundo lugar, a diferença no papel das empresas estatais no desenvolvimento da inovação tecnológica, principalmente pela incubação dessas e apoio e incentivo à internacionalização das empresas, com exceção da Petrobras.

De um lado, a China se consolidou como principal destino das exportações brasileiras, contribuindo para uma pauta de exportações crescentemente concentrada em *commodities* ou manufaturados intensivos em recursos naturais. De outro lado, o país asiático tornou-se a principal origem das importações brasileiras. Nesse avanço chinês que ocorreu sobre a demanda brasileira, chamam a atenção, como a participação da China superou rapidamente a de parceiros comerciais tradicionais – como Estados Unidos, União Europeia e Mercosul; e também como o aumento transversal da participação chinesa nos setores manufaturados brasileiros, dando ênfase a tecnologia.

Como apontado, além dos preocupantes sinais de aumento da participação chinesa no aumento do vazamento da demanda por bens industriais, o cenário, especialmente no pós-crise de 2008, é de aumento da participação da China em mercados que representavam escoadouro importante para as exportações manufatureiras brasileiras, como os países do Mercosul.

O lugar da economia brasileira na política financeira internacional do governo chinês é apenas marginal. Há três imagens distintas da política externa da China: a primeira, uma visão como parceiro comercial, voltando-se a prestações de serviços, sobre a qual há conceitos diversos, embora predomine a percepção de risco; a segunda, uma visão como modelo estatal de desenvolvimento e modernização econômica e social; a terceira e última, uma visão como eventual pilar na construção de nova ordem mundial, multipolar e não hegemônica. No entanto, a relação evoluiu de interesse para preocupação (Oliveira. 2004).

Apesar de a China ter sido o parceiro comercial mais dinâmico do Brasil e da América Latina, no geral a balança comercial é negativa, com exceção do Brasil e do Chile, todos os

países apresentam *déficit* comercial com a China, com fortes saldos negativos de crescimento. Se associarmos essa situação ao diagnóstico do padrão de comércio bilateral América Latina-China, com a primeira das economias de nossa região, e a percepção cada vez mais negativa do impacto da China nas economias nos países latinos, são duas trajetórias que identificam cada uma das partes: a China, como parceiro comercial e financeiro que cresce rapidamente em importância; e o Brasil, cada vez mais dependente do comércio, investimentos e empréstimos chineses.

No entanto, a atenção que o Brasil deu às perspectivas do IED chinês, ainda é cedo para dizer que se trata de um *player* financeiro capaz de competir com os países desenvolvidos. No quadro da política financeira internacional da China, que visa priorizar as relações políticas com os governos dos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento ocupam lugar secundário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. *A América Latina no cenário internacional, a um século de distância*. Belo Horizonte: Revista Eletrônica de Direito Internacional. p. 15-28. v. 15. 2010.

ARROYAVE QUINTERO, Mario., et al. *La proyección de China en América Latina y el Caribe*. Repositório Institucional - Pontificia Universidad Javeriana. Pontificia Universidad Javeriana. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10554/41258>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BECARD, Danielly Silva Ramos. *China y Brasil: modelo de relaciones Sur-Sur?* Revista Nueva Sociedad 203, Mayo – Junio. ISSN: 0251-3552. 2006. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/china-brasil-perspectivas-de-cooperacion-sur-sur/>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BERNAL-MEZA, Raúl; QUINTANAR, Silvia Victoria (ed). *Regionalismo y orden mundial: Suramérica, Europa, China*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 2012.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabricio. *As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações*. Rio de Janeiro: Revista do BNDS. v. 16. n. 31.p. 215-252, 2009.

CHENGXU, Yang. *Giving Play to Respective National Strengths and Enhancing Economic Cooperation*. Paper apresentado no East Asia-Latin America Symposium for Intellectuals from East Asia and Latin America. Tóquio, Japão. Manuscrito não publicado. 2001.

CUÉLLAR, Alejandra; BAUER, Sophie. *Investimentos diretos da China desaceleram na América Latina*. Diálogo Chino, 2019. Disponível em: <<https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/25775-investimentos-diretos-da-china-desaceleram-na-america-latina>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FERCHEN, Matt. *As relações entre China e América Latina: Impactos de curta ou longa duração*. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], v. 19, n. 40-1, nov. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31757>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

HAFFNER, Jacqueline; BARBOSA, Marcel Jaroski A. *Mudanças estruturais da economia Brasileira: O fator China como impulsionador da desindustrialização nacional*. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais. v. 5, n. 3, p. 01-23, 2020.

HENDLER, Bruno. *Um olhar profundo sobre a ascensão da China*. A terra é redonda. In: MONETA, Carlos Cesarín S. (eds.). *La tentación pragmática. China-Argentina/América Latina: lo actual, lo próximo y lo distante*, Universidad Nacional Tres de Febrero, p. 25-5, 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-ascensao-chinesa/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LAUFER, Rubén. *Complementariedad o dependencia. Carácter y tendencias de las “asociaciones estratégicas” entre China y América Latina*. *Jiexi Zhongguo*, n. 14, p. 45-64, 2015.

LI, Xing (Ed.). *The rise of China and the capitalist world order*. Surrey; Burlington: Ashgate Publishing Limited; Ashgate Publishing Company, 2010.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin; FIORI, José Luiz (Ed.). Padrões monetários internacionais e crescimento. In: *FIORI, J. L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MESQUITA, Estevão; SALES, Regina; DANTAS, Tifany. *Análise da mudança de direcionamento econômico chinês durante o governo Deng Xiaoping*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022.

MONETA, Carlos; CESARÍN, Sergio (ed). *La tentación pragmática: China Argentina/América Latina: lo actual, lo próximo y lo distante*. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero. 2016.

NACHT, Pablo Alejandro. *China Y Argentina: “Oportunidades Y desafíos”, O cristalización De Una asociación Dependiente*. *Relaciones Internacionales*, 2012. n. 20. Madrid, España. 107-28 p. Disponível em: <<https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/5133>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

NIOI VARG, Bárbara. *Historia de las Relaciones Internacionales entre Argentina y China 1945-2010*. *Temas debates (En línea)*, Rosario, n. 27, p. 143-146, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-984X2014000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2023.

OLIVEIRA, Henrique A. *Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. Rev. bras. polít. int., 2004 47(1), jan. 2004.

ROSS ORELLANA, César. *Regionalismo y Orden Mundial: Suramérica, Europa, China. Buenos Aires: Nuevo Hacer*. Santiago: Si Somos Americanos. v. 13, n. 1, p. 219-222, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-09482013000100010&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SILVA, Thiago Costa. *Os BRICS na política global: um balanço de suas relações internacionais (2009-2019)*. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SUGIMOTO, T. N.; DIEGUES, A. C. *A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva*. *Nova Economia*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 477-504, 2022. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/6975>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Declaração de Autenticidade

Eu, Vinicius Chaves da Silva, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Ascensão chinesa na América Latina: Impacto econômico no Brasil (2003-2018)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.